

CEDI

Povos Indígenas no Brasil Projeto Araporã permite antever a sorte do índio após a emancipação

GIP 005-82

GASTÃO DE ANDRADE

O projeto Araporã, de Dourados, que pretende utilizar o índio como mão-de-obra agrícola e atração turística, sob o pretexto de integrá-lo à comunidade, além de estranho, como a Folha denunciou em sua edição de 13 de julho, pode ser visto também como uma antecipação do que acontecerá com a pretendida emancipação, cuja assinatura estaria marcada para o próximo dia 14. O projeto Araporã é apresentado pelo seu autor e maior defensor, o secretário da Agricultura, Indústria e Comércio de Dourados, eng-agr. Osmair Scarpari, como tendo por objetivo, entre outros, o de melhorar o padrão da vida indígena e introduzir novas tecnologias no campo da horticultura, que permita ao indígena auferir renda mais rápida.

A emancipação também pretende, em linhas gerais, integrar o índio à sociedade branca, livrá-lo "da vergonha da tutela", como observou o antropólogo Darci Ribeiro.

COINCIDÊNCIA

Não terá sido por mera coincidência que a proposta do projeto de Dourados e do projeto delei de emancipação ainda em minuta) do ministro Rangel Reis, embora em épocas diferentes, as manifestações se assemelhem.

Em setembro de 1977 anunciava-se (Folha de S. Paulo, 5.9.1977) que se constituiria uma cooperativa de guaranis, terenas e caiuás em Dourados, à qual — segundo as autoridades locais — seria dada a função de substituir pela produção dos índios todos os produtos do gênero que o município importa de São Paulo.

Na ocasião, a propósito da pretendida cooperativa (projeto Araporã), fontes missionárias já denunciavam que apesar dos argumentos favoráveis à integração do índio ao sistema econômico de produção, ela não passa de "um mero disfarce para acabar de uma maneira bonita com o índio". No mesmo dia, Brasília, o senador Evandro Carneira, do Amazonas, afirmava que "a política da Funai precisa ser modificada com urgência". Para ele, a "Funai teria que combater intensamente os latifundiários, que tomam as terras dos índios e se preocupam mais com a preservação da cultura indígena".

Em julho de 1978, tratando especificamente do projeto de emancipação defendido ardentemente pelo ministro Rangel Reis, o antropólogo Darci Ribeiro afirmava: "Se aprovado o decreto, será a destruição dos índios como povos tribais e suas terras cairão nas mãos de fazendeiros, mineradores e outros gananciosos que há muito as esperam".

FORTALECER

A emancipação, portanto, seria a forma de acabar com o índio por atacado: projetos como o de Dourados, constituem uma forma de ir preparando o terreno, até chegar o momento de dar golpe final.

É preciso "fortalecer a integração do índio", conforme diz a apresentação do projeto. Isto porque os índios da região de Dourados (cerca de 2.800) já se encontram em vias de integração,



Uma vida melhor espera esses índios?

aceitando práticas e modos de existência comuns à comunidade douradense. "O processo de aculturação — ainda é da apresentação do documento — dá-se na medida (em) que a área urbana, se expande em direção a Reserva Indígena, que dista apenas três quilômetros do centro da cidade".

INCOERENTE

Por ter sido assinado pelo presidente da Funai contra o parecer de seus assessores e porque está sendo coordenado pelo secretário da Agricultura, Indústria e Comércio de Dourados e não por antropólogo ou funcionário da Fundação, e por outra razão, o projeto Araporã está sendo considerado como estranho. Mas é também incoerente já em sua apresentação, que cita, na abertura, o artigo 3.º, parágrafo 1.º, do Regulamento da Funai, que define o índio ou silvícola: "é todo indivíduo de origem e ascendência pré-colombiana que se identifica e é identificado como pertencente a um grupo étnico cujas características culturais o distinguem da sociedade nacional".

Se ele se identifica e é identificado como pertencente a um grupo étnico com características culturais próprias, é incoerente que um projeto se proponha a fazer com que eles deixem de ser como são, para serem como os brancos. São os próprios que se manifestam contra esta "preocupação" do ministro Rangel Reis, do eng.-agr. Scarpari, de tantos outros. Em 19 de abril, reunidos nas ruínas de São Miguel índios de oito tribos lançaram um manifesto, no qual perguntavam e respondiam: "Acaso estamos pedindo 'integração' e 'emancipação' na sociedade dos brancos? Não. Nós queremos apenas reconhecimento e respeito à nossa integridade física".

SEM FARDA?

Quando da denúncia do Projeto Araporã, como explorador da mão-de-obra do índio e com propósito de utilizá-lo como atração turística, o presidente da Funai procurou esclarecer, declarando que o mesmo fazia parte do programa da Fundação e nada apresentava de estranho. Para ele, tudo está normal. Foi mais longe e considerou uma piada a informação de que "os índios, depois da colheita, receberão uniforme, uma farda aqui com capacete e em barraquinhas na cidade, irão vender os produtos".

Pode ser que tenha havido exagero no pormenor quanto à farda aqui com capacete. Mas o general Ismarth de Oliveira, presidente da Funai, talvez por ter assinado o projeto sem lê-lo atentamente, deixou escapar o item "K" do capítulo referente à "Metodologia de Ação", preparado pelo secretário Scarpari. Diz o item, textualmente: "Diariamente a comercialização será feita por diferentes representantes de cada grupo indígena devidamente uniformizados e com o objetivo de orientá-los comercialmente".

NÃO ESCLARECEU

A resposta do presidente à reportagem não convenceu e não deixou antropólogo e a própria população de Dourados satisfeitos. Isto porque o que se pedia então, e continua a ser solicitado, é que a Funai, em Brasília, e outras autoridades competentes, verifiquem o que há por trás desse projeto, cheio de pontos falhos.

AMANHÃ: O PROJETO ARAPORÃ

FSP. 04/08/78